

Revista Científica

FACULDADE ATENAS- PARACATU-MG

Ano 2024, V.18, N.1



FACULDADE
ATENAS

www.atenas.edu.br
38 3672-3737

FUTEBOL FEMININO: História de lutas por reconhecimento social e profissional

Igor Coimbra Oliveira
Victor André Peixoto
Weiber da Costa Gonçalves
Hellen Conceição Cardoso Soares
Marcelo Porto Mendes

RESUMO

A presente pesquisa trata-se da história de lutas por reconhecimento social e profissional no futebol feminino. A principal problemática deste estudo compreende os possíveis fatores que limitam a prática profissional no futebol feminino no Brasil na atualidade. O objetivo geral pretende identificar os fatores de acesso e permanência do público feminino na prática do futebol. Os objetivos específicos buscam analisar o processo histórico do futebol feminino e os tipos de acesso das mulheres em relação à inserção na prática do futebol. Também visam conhecer os direitos que garantem a permanência das mulheres no futebol e a importância da prática do esporte na modalidade feminina no Brasil. A hipótese deste estudo considera que alguns fatores limitam a prática do futebol feminino no Brasil. Entre eles está a masculinização do esporte, acesso a modalidade e até mesmo a cultura é culpada por esta realidade vivenciada pelo futebol masculino. A metodologia da pesquisa foi desenvolvida a partir de um método qualitativo e tem um desempenho de estudo de caso. A partir da necessidade de resolução da problemática do estudo, foi aplicado o método de revisão bibliográfica, visando construir a fundamentação teórica necessária para o desenvolvimento do estudo. Desse modo, podemos inferir a partir do referencial construído por este estudo, que a participação da mulher no esporte ainda é um paradigma na sociedade, mesmo após muitos avanços na luta pela equidade não somente no futebol, mas na sociedade, a realidade ainda está distante das expectativas para a modalidade feminina do esporte.

Palavras-chave: Futebol, modalidade feminina, direitos, sociedade.

ABSTRACT

This research is about the history of struggles for social and professional recognition in women's football. The main problem of this study comprises the possible factors that limit professional practice in women's football in Brazil today. The general objective aims to identify the factors of access and permanence of the female public in the practice of football. The specific objectives seek to analyze the historical process of women's football and the types of access women have in relation to insertion in the practice of football. I also want to know the rights that guarantee women's permanence in football and the importance of playing the sport in women's sports in Brazil. The hypothesis of this study considers that some factors limit the practice of women's football in Brazil. Among them is the masculinization of sport, access to the sport and even culture is to blame for this reality experienced by men's football. The research methodology was developed based on a qualitative method and has a case study performance. Based on the need to resolve the study problem, the bibliographic review method was applied to build the theoretical foundation necessary for the development of the study. In this way, we can infer from the framework constructed by this study, that women's participation in sport is still a paradigm in society, even after many advances in the fight for equity not only in football, but also in society, the reality is far from expectations for the female sport.

Keywords: *Football, women's sport, rights*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a história do futebol feminino no Brasil, trazendo algumas evidências e fatos que favorecem preconceitos que persistem em ser cultuados na sociedade até os dias atuais, como dizer que o futebol masculiniza a imagem da mulher e também pode interferir na capacidade de ser mãe (SILVA, 2015).

O futebol feminino passou por trajetória difícil, durante o século XX (VIANA, 2008). Em relação aos avanços, vale destacar a modernização dos espaços e disciplinas, criando uma geração de mulheres fortes e saudáveis. (ALMEIDA, 2013; SILVA 2009; GOELLNER, 2005; TEIXERA, 2016) Então foi direcionada para as

mulheres uma pratica determinada ao esporte, inclusive o futebol. (VIANA, 2008).

Ainda no contexto histórico, para Souza (2009), em 1940 deveria ser um marco no progresso no futebol feminino. Mas este é o ano em que o esporte entrou em decadência e proibição. O conceito eugenistas prova esse fato, que indica que elogiar os fatores biológicos é o oposto á pratica esportiva. Diante disso, o decreto 3.199 foi proposto pelo Conselho Nacional do Desporto, que negava a pratica do futebol as mulheres.

Para as mulheres, na divulgação do decreto, os clubes esportivos e instituições que incentivavam e financiava a pratica do esporte, não podiam mais oferecer a modalidade. Nas arquibancadas e em campo, a presença das mulheres passou a ser suprimida (SOUZA, 2009).

Em 1983, os clubes voltaram a realizar campeonatos femininos. Com o retorno dos campeonatos o Esporte Clube Radar, foi o que conquistou mais títulos com esse feito, além de ser um dos maiores incentivadores do esporte. (ALMEIDA, 2013).

No entanto não está claro na literatura qual dessas dificuldades possuem mais influencias sobre a pratica do futebol feminino o objetivo do presente estudo foi, por meio de uma revisão narrativa, identificar e analisar as dificuldades relacionadas a pratica do futebol feminino. E secundariamente, caracterizar e descrever a relação entre apoio financeiro a influência da mídia sobre a relação da mulher com o esporte.

2.CONTEXTO HISTÓRICO DO FUTEBOL NO BRASIL

Independentemente de homens e mulheres, o futebol é um dos esportes mais populares do mundo. O estudo foi realizado através de uma pesquisa que analisa a relação da mulher com o futebol, levando questões importantes sobre a conquista desse espaço não apenas no esporte, mas na sociedade. Acerca da historicidade do futebol no Brasil Abal (2016), relata que a chegada do esporte no Brasil se deu no ano de 1894, tendo sido trazido por Charles William Miller ao regressar de seus estudos na Inglaterra. Em sua bagagem, alguns dos jovens estudantes trouxeram chuteiras, calções, camisas, bolas e afins, promovendo então o primeiro jogo no Brasil.

No entanto, há registros que afirmam que o esporte já havia sido praticado no país anteriormente. Em 1874, quando marinheiros estrangeiros disputaram uma

partida em praias cariocas. Em 1878, tripulantes do navio Criméia enfrentaram-se em uma exibição para a Princesa Isabel. Em 1886, o Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, impunha regularmente a prática do futebol, por influência dos padres jesuítas. O pioneirismo de Miller também é contestado pelo Bangu Atlético Clube, que afirma ser o escocês Thomas Donohoe quem introduziu o esporte em terras brasileiras.

Com a chegada desse esporte cheio de regras, o remo que era na época, o esporte mais praticado do país, passa a ficar em segundo plano. Com tudo isso, Flamengo, Botafogo e Vasco da Gama que eram equipes de remo, tornaram-se clubes de futebol. Com relação ao surgimento dos times de futebol no Brasil, Abal diz que:

em 1901 surge a primeira federação futebolística, a Liga Paulista de Futebol. A nível nacional, foi somente em 1914 que se formou a Federação Brasileira de Sports – FBS, precursora da Confederação Brasileira de Desportos – CBD, criada em dezembro de 1916.” (SPINELLI, 2011, p. 17 apud ABAL, 2016, p. 17).

Cabe ressaltar que o início desse esporte no Brasil possuía aspectos que restringia a participação de determinados grupos, como o alto custo dos equipamentos, a manutenção de um bom gramado, e afins. Além do recorte específico de gênero, classe e raça, isto é, acesso apenas aos homens ricos e brancos, pertencentes às elites. Aos pobres, negros e mulheres, a prática não era permitida. Desse modo, a primeira federação surgiu em contexto de desigualdade, que de acordo com Máximo (1999), era necessário para projetar uma boa imagem da nação no exterior.

Com o tempo, os homens pretos e pobres começaram a ser aceitos pelos times sem remuneração, promovendo apenas o lazer, longe da profissionalização. Com a movimentação de alguns times como o Fluminense, que foi campeão em 1914 com o jogador Carlos Alberto, primeiro mulato a jogar em um time profissional, o esporte começou a ser remodelado. Máximo (1999), destaca que o Vasco que possuía na formação do seu time, negros, pardos e mulatos remunerados, apesar de sofrer recusas durante competições, com a vitória conseguiu alcançar não apenas o prêmio, mas o início de uma nova era para o futebol brasileiro.

Com a repercussão da participação de outras camadas sociais no esporte, surgiram discussões acirradas sobre a remuneração dos jogadores e a profissionalização do esporte. As discussões acerca do profissionalismo do futebol

foram bastante conturbadas, foram realizadas votações a fim de determinar a remuneração dos jogadores, ocasião em que alguns clubes se posicionaram de maneira favorável, e outros assumiram a contrariedade ao assalariamento. A profissionalização do jogador de futebol remete ao governo de Getúlio Vargas, que teve início em 1930, pois:

A partir de então, os atletas passaram a ser tidos verdadeiramente como profissionais. Vargas viu no futebol uma ótima oportunidade para aumentar o alcance de seu populismo. Com a Copa do Mundo de 1938 a figura do presidente ficou intimamente ligada ao futebol e Vargas era, inclusive, parabenizado pelas vitórias da equipe nacional. Enquanto na Era Vargas o samba saía das camadas populares e chegava à elite, o futebol perdia de vez seu caráter aristocrático sendo popularizado. (ABAL, 2016, p. 22).

Esse ganho para o futebol, deu início a representatividade do povo brasileiro vinculando a sua imagem ao futebol. Por meio do futebol conhece-se melhor e de forma mais profunda a complexidade brasileira e, por meio do Brasil, a complexidade do futebol. Um país que tem samba, chorinho, frevo e capoeira tem que jogar futebol de forma diferente (MURAD, 1996, apud RUIZ, 1998). Essa afirmação caracteriza a importância do esporte para a identidade do povo, como forma de expressão contra os padrões sociais.

O futebol trouxe ao proletário urbano e rural a chave do autoconhecimento, habilitando-o a uma ascensão a que o simples trabalho não dera ensejo (DRUMMOND, 2002, p.38). A perspectiva de ascendência que o futebol trouxe para os grupos menos favorecidos, evidenciou um movimento de transformação da realidade, a partir do reconhecimento da participação popular neste esporte, que até então era totalmente elitizado. Brunoro e Afif (1997) observam que a postura conservadora de alguns dirigentes e o racismo embutido em grande parte das elites faziam com que o futebol continuasse no amadorismo por muitos anos após sua iniciação no Brasil.

Apesar de ter se consolidado como o esporte preferido dos brasileiros já na década de 1920, o futebol não foi visto com bons olhos durante sua popularização pelo país. A elite intelectual da época, teceu grandes críticas a prática do esporte quando o escritor Graciliano Ramos escreveu em sua crônica "Traças a Esmo", relatando que o futebol era a prova da superioridade europeia sobre o brasileiro, afirmando que sua popularidade seria apenas passageira pelo frágil biotipo dos que habitavam o Brasil.

Da mesma forma que não fora recebido com simpatia pela elite intelectual, o mesmo acontecera em relação a classe trabalhadora. Pereira (2000), afirma que as lideranças sindicais da época, compostas em sua maioria por anarquistas e comunistas, viam o esporte com desconfiança, por acharem-o uma forma de alienação produzida pelos donos das fábricas para desviar a atenção do proletariado em relação à causa operária. Para tais lideranças, o futebol era "mera expressão da manipulação consumista e alienante da burguesia"

Portanto, podemos inferir que a história do futebol brasileiro é reflexo da cultura europeia, elitizada e dominante, que mesmo após todas as transformações perpetua os valores de uma minoria. Podemos, a partir dessa perspectiva compreender os desdobramentos no futebol com o surgimento da categoria feminina enquanto consequências de um machismo estrutural, do preconceito e da violência de gênero. Em contrapartida, compreendemos a importância do futebol como instrumento para a transformação social.

3.A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO ESPORTE BRASILEIRO

Segundo Moura (2003), não há documentos oficiais que relatam a data dos primeiros jogos do futebol feminino. No Brasil, a primeira partida de futebol foi realizada em 1921, entre os times das senhoritas catarinenses e tremembeenses, em São Paulo. A participação das mulheres no esporte passou a representar não apenas a evolução da categoria, mas um movimento de luta e garantia de direitos.

Durante a segunda metade do século XX, as relações sociais de gênero passaram por grandes transformações, provocadas, sobretudo, pelo crescimento do Movimento Feminista. Entretanto, muitas representações consolidadas por séculos de opressão histórica permanecem presentes, embasando, discursos e ações do senso comum, no meio esportivo não é diferente. Rúbio e Simões (1999), destacam que no esporte são refletidos os valores culturais de cada sociedade na qual ele é praticado, reproduzindo seus sistemas hierárquicos e também suas peculiaridades sociais.

A inserção das mulheres brasileiras no mundo esportivo data de meados do século XIX. No entanto, é a partir das primeiras décadas do século XX que a participação se amplia adquirindo, portanto, maior visibilidade. Nessa época, o Brasil

estava imerso em grandes transformações, como o desenvolvimento industrial, as novas tecnologias, a urbanização das cidades, o fortalecimento do Estado e as manifestações operárias, conforme aponta Goellner (2005).

A história de inclusão das mulheres no esporte é identificada como um exemplo de poder e dominação masculina, como também uma trajetória de desigualdade onde as mulheres desempenhavam papéis de submissão, sem poder buscar respeito e igualdade conforme afirma Miragaya (2002). Portanto, para compreendermos a participação da mulher no esporte é necessário refletir o contexto histórico onde esta surgiu.

O processo de ocupação do espaço esportivo pela mulher brasileira é diferente do processo de ocupação de outros espaços, em que a tensão da relação entre os gêneros é maior, é o que afirma Mourão (2000):

[...] a mulher brasileira não demandou um confronto com o homem, numa redistribuição do território esportivo. Antes, passou a aparecer, tornou-se visível, no turfe, na natação, no tênis, e assim sucessivamente, sem representar perigo à hegemonia masculina. Foi - e é - um processo de infiltração lenta e progressiva, na prática, sem o discurso de contestação por parte das mulheres, com as vicissitudes próprias de um movimento desse tipo; e hoje, quando se mapeia o território esportivo brasileiro, verifica-se que a mulher está presente na prática de quase todas as modalidades esportivas; e, simultaneamente, assistimos a uma transformação visível das representações sociais face à sua infiltração nessa prática (MOURÃO, 2000, pag. 7).

A expansão do fenômeno esportivo pode ser identificada como um dos motivos pelos quais foi possível o Brasil participar dos Jogos Olímpicos de 1924, Goellner (2005) afirma que foi o imprevisto de uns cidadãos e o entusiasmo de outros que garantiram a presença do país nos Jogos. Na Olimpíada de 1928 o espírito entusiasta não se manteve, o Brasil não participou por falta de verbas. Na Olimpíada de 1932, sediada em de Los Angeles, o Brasil registrou a participação da sua primeira atleta: a nadadora paulista Maria Lenk, então, com 17 anos de idade (OLIVEIRA, CHEREM e TUBINO, 2008).

Esse temor fez que, em 1941, o General Newton Cavalcanti apresentasse ao Conselho Nacional de Desportos, algumas instruções que considerava necessárias para a regulamentação da prática dos esportes femininos. Estas serviram de base para a elaboração de um documento que oficializou a interdição das mulheres a algumas práticas esportivas, tais como as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo e o pentatlo.

O contexto internacional de mudanças e inovações que aconteciam na Europa chega também ao Brasil, os movimentos feministas projetam novas perspectivas para as mulheres brasileiras. O desejo de ampliar a participação feminina em espaços esportivos predominantemente masculinos, fez com que a sociedade brasileira se mobilizasse, o que culminou na organização em alguns centros urbanos de competições para a participação exclusivamente feminina, cuja primeira edição aconteceu, respectivamente, em 1935, os Jogos Femininos do Estado de São Paulo; em 1949, os Jogos da Primavera no Rio de Janeiro; e em 1954, os Jogos Abertos Femininos em Porto Alegre (GOELLNER, 2005).

Vários intelectuais de destaque reconheceram a prática do esporte como necessária às mulheres, ainda que sejam várias as restrições impostas e diversos os cuidados a serem seguidos (AZEVEDO, 1920; LOYOLLA, 1932). Em 1898, Anália Franco editava em São Paulo uma revista educativa dedicada à juventude brasileira intitulada Álbum das Meninas. Em um de seus textos afirmou:

A observação nos tem demonstrado que a nova geração já tão depauperada e anêmica, sendo como é obrigada a uma tensão extraordinária do espírito, pelos estudos [...], com poucos exercícios vigorosos e alegres, caminha do atrofiamiento da força física [...] a uma lamentável e funesta decadência. [...] não se pode desconhecer que o instrumento intelectual está também sujeito às enfermidades físicas e não pode dispensar um sangue rico, alimentado por um ar puro e regenerado por vários exercícios (FRANCO apud DEVIDE, 2004, p. 127).

É nesse contexto, portanto, que o esporte vai aparecer como uma das possibilidades de participação social feminina, já que era considerado de caráter aristocrático, familiar e saudável. A prática esportiva feminina, fez com a sociedade e as mulheres evidenciassem padrões socialmente impostos quando trouxeram a tona questões como o cuidado com a aparência, a mudança de atitude, o desnudamento do corpo, o uso de artifícios estéticos que por vezes eram identificados como de natureza vulgar não só por moralistas, médicos, juízes e religiosos, mas por grande parte das próprias mulheres.

No século XIX, a participação das mulheres em eventos esportivos restringia-se basicamente a assistência e ao acompanhamento dos maridos, com pouca participação ativa nas provas, ela é hoje muito mais ampla e diversificada. Todavia, isso não significa afirmar que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades no campo esportivo ou que preconceitos quanto à participação feminina não existam.

A mulher brasileira alcançou um espaço considerável no campo desportivo, entretanto Mourão (2000) afirma que, não houve, na história da emancipação esportiva da mulher brasileira, confrontos ou lutas por espaço, mas sim um processo lento de infiltração, que se consolida na prática e no exercício da interação, frequentemente com apoio velado ou aberto dos homens mais esclarecidos da sociedade.

Mourão (2000) acrescenta ainda que, não haver, no esporte brasileiro, um movimento feminino ou feminista, em prol da equalização de gênero, conforme se pode verificar pela ausência de movimento contestador das esportistas brasileiras, num contexto em que era e ainda é o homem, em sua maioria absoluta, que ocupa as esferas de poder, no comando as federações, confederações, clubes e ligas como dirigente, técnico e árbitro, é ao mesmo retroceder. É preciso garantir que a participação das mulheres no esporte seja capaz de promover a igualdade de gênero também na sociedade.

4. A MODALIDADE FEMININA DE ESPORTE E OS SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS

A criação da modalidade feminina de futebol representou não apenas a sua valorização no esporte, mas a conquista de espaço em outros diferentes cenários sociais. As mulheres brasileiras tiveram o direito de curso o ensino fundamental em 1827, e, apenas em 1879 puderam chegar ao ensino superior, embora o acesso estivesse regulado pelo poder econômico (Melo & Rubio, 2017). Essas disposições individuais também marcaram a participação esportiva, uma vez que, diante da inexistência de políticas públicas para a inclusão feminina na prática de esportes, restavam esforços esparsos sustentados pelas famílias que compreendiam ser esta uma atividade fundamental para o desenvolvimento pessoal das jovens.

Apesar da crescente presença feminina na vida esportiva do país e no mundo, ainda existem diversos desafios enfrentados pelas mulheres. Mesmo que a participação delas como atletas seja significativa, ainda é consideravelmente menor que a dos homens, principalmente em modalidades que tradicionalmente são ditas “masculinas”. Além dos dados numéricos, esta diferença pode ser identificada nas mais diversas instâncias em que se praticam as atividades corporais e esportivas,

nas ausências da mulher nos cargos de poder e nas posições de maior prestígio.

Durante a ditadura de Getúlio Vargas, foi estabelecido o Decreto-Lei 3.199, de 14/4/1941 que afirmava “Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Nota-se que a atuação feminina em competições e práticas esportivas estava sendo ameaçada.

Anos após o fim da Ditadura Militar e a revogação do Decreto, a presença de mulheres nas quadras, nos campos e em outros espaços esportivos permanece em risco, visto que há falta de patrocínio e o investimento é muito baixo. Atos de machismo contra as jogadoras e a diferença salarial entre homens e mulheres na área do Esporte também são alguns dos desafios encontrados no dia a dia de várias atletas.

O protagonismo das mulheres no futebol é um tema que ainda merece grande investimento em termos de pesquisa, produção de fontes e visibilidade. Mais do que buscar um suposto marco inaugural de sua presença ou ainda esboçar uma possível história da modalidade, importa enfatizar o quanto o seu envolvimento nos diferentes futebóis (DAMO, 2019) tem sido historicamente ignorado. Além da escassez de registros, baixa circularidade do tema, as mulheres ainda enfrentam a precariedade de pesquisas sobre a temática.

A padronização do conceito de feminilidade é uma causa latente do problema. É inegável que, mesmo com o sucesso dos movimentos destinados à igualdade de gênero, a figura feminina de fraca e submissa, construída durante toda a história da humanidade ainda é presente no mundo moderno, o que corrobora com a desvalorização da mulher no mercado de trabalho e sobretudo nos esportes, que ainda é padronizado como atividade masculina. Tal cenário reforça a ideia da filósofa Simone de Beauvoir, que afirma que “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele, ela não é considerada um ser autônomo”. Desse modo, a sociedade machista insiste em limitar as mulheres em prol de benefícios pessoais, o que precisa ser mudado.

De acordo com o estudo do Engels (2002), o preconceito com relação a mulher ocorre desde a idade média quando eram vistas apenas com a finalidade de procriação, sendo subordinadas aos homens em todas as esferas. Desse modo, podemos compreender que o preconceito atual é fruto dessa herança histórica que

perpassa todas as esferas da sociedade. Sobre as práticas esportivas, Marx (1985) destaca que são frutos das contradições e mediação imposta pelo modo que o homem estabelece suas relações sociais que são resolvidos pelo modo de elaboração e formação de vida.

Para compreendermos o preconceito, seja de gênero ou falta de incentivo, podemos visualizar a situação através do termo violência simbólica, que de acordo com Bourdieu “consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (p.22). Dessa forma, a necessidade de comparar a jogadora de futebol as características do gênero feminino, requer desconstruir os estereótipos dessa modalidade, aproximando a jogadora do padrão consumido pela sociedade patriarcal.

A criação da modalidade feminina no esporte enfrentou grandes desafios até ser reconhecida como fundamental para a luta em prol da igualdade das mulheres na sociedade. Apenas em 2012, o ministério do esporte possibilitou realizações de três campeonatos para o futebol feminino como a copa libertadora da América de futebol feminino; copa do Brasil de futebol feminino; campeonato brasileiro de futebol feminino.

Se no espaço da prática esportiva competitiva a história aponta para conquistas irrevogáveis, no campo da liderança e da gestão esportiva os patamares alcançados são ainda do início do século XX. Considerado um campo de afirmação de identidades masculinas, teve como consequência um predomínio de homens nos cargos de liderança, fenômeno esse de longa duração, que tem causas diversas e efeitos profundos. Nos espaços de treinamento essa realidade se propaga e a crescente oferta de oportunidades no mercado do esporte não reflete uma maior participação das mulheres nos cargos de decisão (Pfister & Radtke, 2007).

Portanto, Fetter e Silva (2011) apontam o treinador como peça central do time, sendo ele o indivíduo especializado e o conhecedor da técnica e em razão disso exerce papel de líder, de chefe e de figura parental dentro do círculo esportivo. Espera-se, assim, que o atleta encontre nessa figura não apenas o professor, mas também o conselheiro e protetor. Sendo essa função de protetor designada ao homem pela sociedade, as mulheres ainda hoje seguem sendo excluídas desse cargo, e de outros cargos superiores no esporte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma longa pesquisa literária chegamos a última etapa desse trabalho, onde procuramos responder a problemática levantada por esta pesquisa, que foi compreender quais os possíveis fatores que limitam a prática profissional no futebol feminino no Brasil atualmente. Nesse sentido, podemos destacar que o preconceito de gênero enquanto herança cultural, ainda pode ser considerado como um dos principais empecilhos para a valorização da mulher atleta.

O embasamento teórico foi suficiente para responder ao problema de pesquisa, quando as referências revelam a ausência de políticas públicas ou movimentos sociais que incentivem a participação e a permanência das mulheres no esporte. Desse modo, compreendemos que esses fatores limitam a representatividade feminina dentro do futebol, assim como a valorização de sua figura como instrumento para a superação do preconceito de gênero na sociedade.

Essa perspectiva, evidencia o papel da mulher na sociedade atual, e a sua importância no esporte enquanto instrumento de representatividade, não apenas do gênero, mas das classes e etnias. Desse modo, a hipótese de que um dos principais fatores que limitam a participação da mulher no esporte é a elitização do futebol com raízes europeias, e o machismo estrutural presente na sociedade, é confirmada pelo referencial teórico que aborda questões presentes ainda hoje na sociedade ocidental.

De fato, a participação da mulher no esporte ainda hoje é significativamente menor que a masculina. Mas garantir que as mulheres tenham a oportunidade de ocupar esses espaços no esporte, é ao mesmo tempo valorizar o seu papel na sociedade. Ainda são muitos os desafios enfrentados para o seu acesso e a sua permanência, contudo, a história do futebol feminino no Brasil foi construída com resistência, mesmo diante das injustiças, falta de incentivo e opressão se comparada ao futebol masculino.

REFERÊNCIAS

ABAL, F. C. **O Direito no gramado: o contrato de trabalho do atleta profissional de futebol**. Disponível em: . Acesso em 2 maio. 2024.

ALMEIDA, C. S. DE. **Boas de bola: um estudo sobre o ser jogadora de futebol no Esporte Clube Radar durante a década de 1980**. p. 150, 2013.

ALTMANN, Helena. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na**

educação física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v21, p, 112, 117, 175-176. 1998

AZEVEDO, F. **Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser.** São Paulo: Melhoramentos, 1920.

BRASIL, DECRETO-LEI No 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941.

DEVIDE, F. P. **A natação como elemento da cultura física feminina no início do século XX: construindo corpos saudáveis, belos e graciosos.** Revista Movimento, v. 10, n. 2, mai.-ago. 2004.

FRANCO, Giullya. **"História do Futebol"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/historia-do-futebol.htm>. Acesso em 08 de junho de 2021.

GOELLNER, S. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades.** **Revista Brasileira de Educação Física e ...**, v. 19, n. 2, p. 143–151, 2005.

LOYOLLA, H. **A importância da Educação Física.** Revista Educação Physica, n. 66, p. 15-20, 1932.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas-capitalistas.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

PEREIRA, Leonardo Affonso de. **Footballmania: uma história social no futebol do Rio de Janeiro: 1902-1938.** Editora Nova Fronteira, 2000.

SOUZA, M. T. O. **“Da visão que eu tenho, do que eu vivi, não sei muito no que acreditar” – atletas da seleção brasileira feminina e as memórias de um futebol desamparado.** 2009.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil na análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, Jul./dez. 1995.

TEIXEIRA, r. de andrade. **A mulher no futebol: o bullying e o cyberbullying no contexto de gênero.** 2016.

VIANA, a. e. dos s. **Futebol: das questões de gênero à prática pedagógica.** v. 6, p. 640– 648, 2008.